

Ano 6 • n. 6  
Teresina-PI – 2015/2016  
ISSN 2176-6959



REVISTA  
**ELEIÇÕES**  
& *Cidadania*

## Uma perspectiva comparada da crise de representação dos partidos políticos no Brasil (2000 – 2015)

*Débora Gomes Galvão<sup>14</sup>*

### Resumo

A expansão da democracia foi um dos fenômenos políticos mais importantes do século XX. Apesar dos grandes avanços democráticos vistos por toda parte, a insatisfação política, a desconfiança de partidos e a descrença de governos crescem nas novas e velhas democracias. Isto é, apesar do aumento de países democráticos, os modelos apresentados de democracia têm inspirado os estudos de analistas. A presente pesquisa versa sobre o comportamento político eleitoral, destacando o papel dos partidos políticos como meio de representação da população. Parto da hipótese de que os partidos políticos estão sofrendo uma crise de representatividade no cenário brasileiro e tenho como objetivo apontar artifícios suficientes para testar essa hipótese. Utilizei dados extraídos de *surveys* aplicados por centros de pesquisa e estudos acadêmicos, especialmente, o Latinobarômetro, Datafolha Instituto de Pesquisas, Instituto Brasileiro de Opinião e Pesquisa Estatística (Ibope) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O objetivo geral, portanto, consiste em demonstrar a crise de representatividade dos partidos políticos no Brasil entre os anos de 2000 a 2015. Em razão do contexto político contemporâneo, o tema se torna de grande relevância e discussão na literatura, ensejando ricos debates sobre a vertente que trata de democracia, bem como analisa os países da América Latina em termos comparados ao Brasil.

**Palavras-chave:** Representação; Partidos Políticos; Eleição; Comportamento eleitoral.

### Introdução

Nos últimos anos, presenciamos fenômenos políticos que colocam em evidência a importância dos estudos sobre o comportamento político. A presente pesquisa versa sobre comportamento político eleitoral,

<sup>14</sup> Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

destacando o papel dos partidos políticos como meio de representação da população. Em vista disso, neste estudo, parto da hipótese de que os partidos políticos estão sofrendo crise de representação no cenário político brasileiro. Através da ampla literatura estudada, tenho como objetivo apontar artifícios teóricos suficientes para testar essa hipótese. Utilizarei como base empírica as pesquisas *survey* extraídas dos centros de pesquisa e estudos acadêmicos, sobretudo, o Latinobarômetro<sup>15</sup>, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE)<sup>16</sup>, Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Datafolha Instituto de Pesquisas.

No Brasil há uma literatura significativa sobre a temática da representação política, modelo adotado no nosso sistema político, tendo em vista que vivemos em uma democracia representativa, em que os eleitores escolhem seus representantes através do sufrágio universal. No entanto, hoje, notamos que os partidos pouco se diferenciam no jogo político e no campo ideológico, tão pouco cumprem suas promissões ao ingressarem no poder.

Todos esses eventos colocam os estudos sobre cultura política, comportamento eleitoral na ordem do dia e suscitam uma série de perguntas de pesquisa: Os cidadãos sentem-se representados por partidos políticos? São os partidos uma instituição em crise? Os eleitores confiam nas instituições políticas? Existe lealdade partidária? O voto é no candidato ou no partido? Qual será o futuro dos partidos políticos?

O diagnóstico de parte da literatura é predominante na linha de que os eleitores têm se afastado dos partidos em boa parte das democracias. O que se evidencia mediante os índices baixos de filiação, militância e identificação partidária, pelo menor peso do voto partidário e pela maior desconfiança nas instituições (KATZ e MAIR, 1994; WOLINETZ, 1990; DALTON E WATTENBERG, 2000; BAQUERO, 2000; WEBB, FARREL E HOLLIDAY, 2002; MIGUEL, 2003; PUTMAN, 2000; MAIR, 2015). Tal distanciamento pode desencadear em consequências como a crise ou transformação do modelo democrático ao qual estamos inseridos, bem como despertar novos meios de mobilização política em detrimento dos papéis partidários.

15 Latinobarômetro é um estudo da opinião pública em que são aplicadas anualmente 20.000 entrevistas em 18 países da América Latina, representando mais de 600 milhões de habitantes.

16 Estudo anual que monitora a evolução da confiança da população em instituições e grupos sociais. Entre as instituições monitoradas, estão: bombeiros, Forças Armadas, bancos, sistema judicial, governos, partidos políticos, igrejas e imprensa.

Em contrapartida, mesmo havendo o citado distanciamento, é atribuída aos partidos, em quase todas as democracias — em uma mais, e em outras menos —, a responsabilidade de conquistar e escolher candidatos, organizar o processo eleitoral, bem como mobilizar eleitores, representar interesses da população, implementar políticas públicas, ocupar assentos no parlamento, isto é, governar e fazer a oposição. Assim, os partidos vêm atuando nas três arenas da democracia representativa: eleitoral, parlamentar e governamental.

Os partidos políticos como objetos multifacetados, ou seja, com atuação em várias arenas, podem estar perdendo a capacidade em determinadas áreas e em outras não. Por esse motivo, para alguns cientistas políticos, em outra direção aos que corroboram com a crise, não há um declínio dos partidos, mas simplesmente uma adaptação aos novos tempos (SELLE e SVASAND, 1991; MANIN, 1995). As mudanças pelas quais os partidos estão passando seriam apenas necessárias adaptações ao macro ambiente político e econômico atual (KITSCHOLT, 2004).

Através dos problemas e interferências a que o debate teórico nos remete, tornou-se possível enumerar questionamentos provenientes da literatura que proporcionaram o embasamento metodológico desta pesquisa e a construção de um estudo sobre a representatividade dos partidos políticos na conjuntura política brasileira contemporânea.

A análise da desconfiança nas instituições contribuiu para fornecer subsídios à questão central deste artigo. Para tanto, as principais instituições analisadas foram os partidos políticos e o Congresso Nacional. Esta análise justifica-se porque a confiança nas instituições, a lealdade partidária, o voto partidário, a volatilidade eleitoral e, sobretudo, a representatividade seriam, então, explicações para a crise de representatividade dos partidos políticos. Em outras palavras, se os cidadãos desconfiam das instituições, não confiam nos partidos políticos, não são leais a estes, votam no candidato, são voláteis e se abstêm. Em suma: a relação entre o eleitorado e os representantes encontra-se estremecida.

Diante da interpretação acima, analisou-se a hipótese de que os partidos políticos são uma instituição que está passando por uma crise de representatividade, entre outros motivos, devido à interpretação segundo a qual as instituições (Congresso e Partidos Políticos) carecem de confiança e simpatizantes. Ademais, a abstenção eleitoral crescente, a falta de

lealdade partidária e a volatilidade eleitoral contribuem para tal situação. Logo, é plausível afirmar que estas variáveis são fatores centrais para a verificação da crise de representatividade pela qual vêm passando os partidos políticos.

Para a análise das especificidades do caso brasileiro, incorporou-se a esta pesquisa um paralelo com estudos já feitos em ordem nacional e internacional. Um trabalho exemplar foi o realizado por PETER MAIR (2015), em pesquisa pela Europa Ocidental, no qual constatou que, a partir dos anos 90, os partidos políticos vêm sofrendo queda na sua representação. Outra de suas conclusões se refere à importância dos partidos, uma vez que estão cada vez menos necessários na representação e intermediação de interesses nas democracias consolidadas. Isso porque, a seu ver, a articulação de interesses e das demandas populares acontecem fora das instituições partidárias.

Acredito que através desta conexão seja possível também avaliar o caso brasileiro, pois o autor trata de democracias consolidadas como a brasileira, que enfrenta a falta de confiança, abstenção eleitoral, baixa representação e distanciamento do eleitorado dos partidos políticos. Portanto, infere-se que devido a uma série de razões — a exemplo de mudanças nos partidos e na sociedade — seja crescente a incapacidade dos partidos para funcionarem como agentes de representação.

## **1 Representação: partidos políticos e o personalismo político**

A expansão da democracia foi um dos fenômenos políticos mais importantes do século XX, mas a situação da segunda década do século XXI implica em uma incongruência. A despeito dos importantes avanços democráticos vistos por toda parte, a insatisfação política, a desconfiança de partidos e a descrença de governos crescem nas novas e velhas democracias. Isto é, apesar do aumento de países democráticos, as correntes falhas nos modelos apresentados de democracia têm inspirado os estudos de analistas, exigindo-se um aprofundamento dessa realidade para que seja possível progredir na elucidação de suas causas.

Os partidos políticos atuam de maneira determinante nas três arenas fundamentais da democracia representativa: eleitoral, parlamentar e governamental. Nesse sentido, Vera Maria Nunes Michels (2004) afirma que:

Podemos entender, assim, que o partido político, como pessoa jurídica de direito privado, é um grupo social de relevante amplitude, destinado à arregimentação coletiva, em torno de ideias e de interesses, para levar seus membros a compartilhar do poder decisório nas instâncias governamentais. (MICHELS, 2004, p. 151)

É pertinente constatar que existe um pressuposto abstrato na própria existência dos partidos políticos. Deste modo, tais instituições funcionam como base ideológica para as diversas maneiras que os indivíduos possuem de interpretar a realidade do mundo. Na observação de Duverger, “poderíamos afirmar que os eleitos representam seus eleitores não como um mandatário representa seu mandante, mas como uma fotografia representa o objeto fotografado”.

Nesse sentido, García-Pelayo (1986) destaca que só os partidos podem “converter as necessidades expressas ou latentes e os desejos mais ou menos difusos de parcelas da população em pretensões precisas e concretas”. Assim, são os partidos políticos, representando o povo, que organizam estratégias ideológicas para o convencimento dos seus eleitores, através de programas bem definidos.

Deste modo, os partidos funcionam como filtros para selecionar ou recrutar os indivíduos que formarão a representação das democracias, especialmente quando no país necessita-se de filiação partidária, como é o caso do Brasil. Assim, cabem às instituições políticas o indispensável papel de recrutar e selecionar aqueles que terão a oportunidade de alcançar os cargos de poder. No entanto, mesmo com o papel central dos partidos políticos na escolha dos representantes, nos países ocidentais vêm se discutindo a crise de representatividade dessas instituições.

Antes, tais instituições possuíam ideologias que caracterizavam o partido, e quando os representantes chegavam ao poder, cumpriam com as propostas apresentadas ao eleitorado. Nos dias atuais, notamos campanhas baseadas no personalismo, em que os governantes chegam ao poder não pelas políticas que apresentam e pela proximidade com seus eleitores, e sim pela habilidade na propaganda e na utilização dos meios de comunicação de massa. Segundo Bernard Manin:

A personalidade dos candidatos parece ser um dos fatores essenciais na explicação dessas variações: as pessoas votam de modo di-

ferente, de uma eleição para a outra, dependendo da personalidade dos candidatos. Cada vez mais os eleitores tendem a votar em uma pessoa, e não em um partido. Esse fenômeno assinala um afastamento do que se considerava como comportamento normal dos eleitores em uma democracia representativa, sugerindo uma crise de representação política. (1995, p. 26)

Esse mesmo autor aponta duas causas para as transformações na representatividade: o advento dos meios de comunicação de massa e o personalismo político. Os meios de comunicação política acometem a relação de representação. Os candidatos se comunicam diretamente com seus eleitores através do rádio e da televisão, um papel que antes era exercido pelos partidos políticos.

Isto é, não notamos a presença de liderança, chefes políticos ou burocratas, porém percebemos os meios de comunicação realizando esse papel, e mais, realçando a personalidade dos candidatos através da comunicação de massa. Ou seja, o vitorioso nas democracias modernas passa a ser aquele que detém a melhor forma de comunicação, sendo a democracia do público o reinado do “comunicador”. (MANIN, 1995, p. 26)

Portanto, nas novas formas de mobilização é predominante a ênfase aos candidatos na sua individualidade em detrimento das plataformas políticas. Os estudos contemporâneos revelam que os eleitores escolhem seus representantes de acordo com sua necessidade e simpatia do momento, mudando de voto de uma eleição a outra sem seguir nenhuma preferência ideológica ou partidária. O que demonstra que o comportamento dos eleitores varia, o que poderia enfraquecer a democracia partidária (MANIN, 1995; SILVEIRA, 1998; LAVAREDA, 2009).

Manin (2015), em um novo texto, quase vinte anos após a escritura do texto anterior sobre as metamorfoses do sistema representativo, atualiza suas ideias à luz de pesquisas mais recentes, apontando que os partidos políticos perderam campo em fidelidades duradouras. Para isso aponta como causas os níveis crescentes de educação e dos meios de comunicação de massa:

Há uma área em que os partidos sem dúvida perderam terreno: eles já não atraem as fidelidades duradouras dos eleitores. Mais precisamente, não atraem essas fidelidades no mesmo grau que antes. As evidências de erosão das fidelidades partidárias foram

crescentes desde que escrevi minha explicação original da democracia do público. A tendência agora foi documentada em todas as democracias estabelecidas. Isso sugere que estamos vendo aqui não apenas as fortunas flutuantes de partidos particulares, nem os efeitos de sistemas partidário específicos, mas uma mudança fundamental, impulsionada por desenvolvimentos gerais, como a passagem de economias industriais para economias de serviços e a concomitante erosão de meios sociais tradicionais, níveis crescentes de aquisição educacional e o papel dos meios de comunicação de massa. (2015, p. 116)

Enfatiza-se, novamente, que existe falta de identificação do povo com os governantes, juntamente com a escassa preparação — tanto do eleitorado quanto dos candidatos — para a participação política, provocando um desequilíbrio no ideal de funcionamento da política, em que nem os representantes seguem o que fora estipulado (chegam ao poder e não cumprem suas propostas), menos ainda, os representados sabem como funciona o jogo político, ficando assim descrentes.

O referido distanciamento dos eleitores e partidos tem desdobramentos mais profundos, tais como: a apatia dos eleitores, a desconfiança nos agentes políticos e o sentimento de incapacidade de afetar as decisões políticas. Desta maneira, a literatura se preocupa em estudar principalmente as mudanças ocorridas nos partidos no final do século XX, com o distanciamento deles da sociedade e a aproximação cada vez maior do aparelho governativo e estatal. A teoria do distanciamento dos partidos é tratada por diversos autores (WOLINETZ, 1990; KATZ e MAIR, 1994; MANIN, 1995; DALTON, 2000), evidenciando a perda da capacidade dos partidos de massa de atrair a população para seu interior e o declínio de suas funções representativas.

## **2 Representação política e partidos políticos: problemática**

Os partidos políticos estão no centro da representação política, enquanto orientadores da conquista, do exercício e da manutenção do poder. Esta centralidade decorre do próprio papel desempenhado por estes no sistema político (WARE, 2004, pp. 25 – 31). Eles organizam o processo eleitoral, recrutam os candidatos e, por último, preparam e implementam decisões políticas. Portanto, os partidos políticos desempenham diferentes

funções, de modo que se relacionam diretamente à atividade representativa. Acerca disso, Blondel (1965) afirma que a função de representação política dos partidos é realizada pelas atividades de seleção de candidatos a cargos eletivos.

O modelo de democracia representativa, adotado em várias sociedades complexas, precisa de instituições políticas que garantam o seu funcionamento. E apesar das críticas aos partidos<sup>17</sup>, são estes que têm assegurado a manutenção do modelo democrático representativo. Isto se deve, em grande parte, ao fato da democracia representativa conferir aos partidos políticos um lugar central, razão pela qual o monopólio da representação política é atribuído a eles (Dalton e Wattenberg, 2000: 261 – 262).

No processo representativo, os partidos políticos se encontram intrinsecamente ligados à eleição e ao voto. A eleição é um dos valores característicos do regime democrático. Nesse sentido, este processo político associa-se à noção de democracia representativa, isso porque é um mecanismo central de constituição do governo representativo. Ou, como preceitua Duverger (1985, p. 58), é uma pedra angular das democracias liberais, que se baseiam no princípio segundo o qual para que alguém exerça governo sobre os outros, uma vez que todos são livres e iguais, é preciso que seja escolhido para assim o fazer.

Dahl (1998) coloca a eleição política como requisito essencial à democracia, considerando esta como “instituição política” de base das modernas democracias representativas. A eleição resulta da necessidade de eleger representantes para condução dos assuntos políticos. Nestes termos, a eleição se torna uma forma de democracia, uma vez que o povo elege seus representantes de forma periódica e justa. Ao traduzir a vontade do eleitor, o voto concretiza o princípio da representação popular.

Dito isso, menciona-se uma problemática que está presente na literatura: estariam os eleitores se sentindo representados pelos partidos políticos? Haveria uma crise de representação?

A democracia consolidada no século XX caracteriza-se pela competição política e pelos partidos políticos organizarem as eleições, processo essencial para a legitimação dos representados. Historicamente, os partidos sempre foram considerados essenciais para o funcionamento da democracia representativa. Conforme Baquero (2000):

---

17 Este assunto será abordado de forma minuciosa no próximo capítulo.

Embora, ao longo da história, os partidos permanentemente tenham demonstrado sua ineficiência nas tarefas de mediação efetiva das demandas entre Estado e sociedade, nunca houve questionamento sobre sua importância e significado a democracia. Assumia-se que as crises eram temporárias e cíclicas. De fato, em determinados contextos, a desconfiança com a política e com as instituições políticas são vistas como um sinal de saúde da democracia, desde que não comprometa os princípios da democracia deliberativa. (BAQUERO, 2000, P. 151)

Portanto, os partidos, enquanto instituições, sempre foram considerados essenciais e, mesmo diante de certa ineficiência, como não há índices consistentes nem são feridos os princípios da democracia deliberativa, não há necessidade e motivo para falar em crise, segundo Baquero.

No entanto, no diagnóstico de parte da literatura existe uma crise da democracia representativa, expressa através dos partidos políticos que aparentam um declínio na importância nas democracias contemporâneas, ainda de acordo com o autor. Esse declínio levou a uma reorientação dos estudos sobre partidos políticos a fim de avaliar as novas relações políticas entre o Estado e sociedade civil.

Um dos primeiros estudos sobre a crise é de Kirchheimer (1990). O autor analisa a transformação dos sistemas partidários na Europa Ocidental em 1960 e mostra como os partidos perderam identidade, fazendo-os não se distinguirem ideologicamente e programaticamente, pois os partidos se burocratizaram e perderam seu caráter classista no início do século XX, com propostas difusas e com o único objetivo de ter mais votos e conquistar o poder.

Ou seja, aqueles partidos de massa que se caracterizavam fortes ideologicamente e que tinham uma identificação com determinada parcela da população perdeu a vez para partidos burocratizados que apenas queriam chegar ao poder, mesmo que para isso precisassem perder suas características formadoras iniciais. Castells (2001) argumenta que, além dos partidos políticos, a própria democracia representativa também encontra-se em crise:

Fundamentado na concorrência aberta entre partidos, capturados na arena da mídia, reduzido a lideranças personalizadas, dependentes de sofisticados recursos de manipulação tecnológica, induzido

a práticas ilícitas para a obtenção de fundos de campanhas, conduzido pela política de escândalo, o sistema partidário vem perdendo seu apelo e confiabilidade e, para todos os efeitos, é considerado um resquício burocrático destituído de fé pública. (CASTELLS, op.cit, p.402)

Para Castells, os partidos estão se reduzindo a lideranças personalizadas apontadas pelos novos meios de comunicação de massa, bem como se utilizam de práticas ilícitas para chegar ao poder envolvendo escândalos, ficando assim totalmente destituídos de um caráter de confiabilidade da população em geral. Ademais, nesse mesmo estudo, o autor constatou que nos anos 80 e 90 houve o decréscimo de votos aos partidos consolidados. Para ele, as novas condições institucionais e tecnológicas tornaram os partidos obsoletos, tendo como consequência disso a volatilidade eleitoral e o enfraquecimento dos partidos políticos.

Portanto, há um afastamento dos representantes dos representados, bem como esse canal de interligação que antes era administrado pelos partidos políticos, encontra-se agora sacrificado pela nova presença das tecnologias digitais, que tomam para si o papel das instituições partidárias e tornam as eleições cada vez mais personalistas.

### **3 Representação política: o caso brasileiro em perspectiva comparada (2000-2015)**

A consolidação da democracia moderna no século XX, sobretudo nos países desenvolvidos, é resultado da criação e do aperfeiçoamento de instituições políticas que regulam os conflitos sociais através da competição política, e também da aderência ao sufrágio universal como forma de participação política democrática.

A transição da democracia brasileira, até a consolidação, inicia-se no Regime Militar até Constituição de 1988, modificando as relações entre o Estado e a sociedade. Tal modificação ficou clara na junção entre a representação e a democracia. No cenário pós 88 a democracia deixa de ser oculta e passa a ser a ideia-força da representação. Nesse contexto, o sistema político é marcado pela pluralização do sistema partidário; democratização do sistema eleitoral; reorganização político-administrativa do país; ampliação dos direitos e consolidação da soberania popular. Desta

feita, as mudanças ocorridas não se limitaram à arena eleitoral e à representação, mas foram além disso.

Assim, no Brasil pós 88, quando a democracia veio a se consolidar, passamos a ter uma democracia representativa, na qual os cidadãos, através do sufrágio universal, também garantido pela Carta Magna, passaram a votar nos candidatos que deverão representá-los durante os anos de mandato.

A redemocratização trouxe uma série de mudanças com o fortalecimento da representação, o aparecimento do pluripartidarismo, o surgimento do primeiro partido de massas, o Partido dos Trabalhadores (PT), e a organização dos três Poderes (KECK, 1992; AVRITZER, 2009).

Desde a Constituição de 1988, consubstanciou-se a organização da República brasileira, a qual, no seu artigo primeiro, parágrafo único, declara que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente. Portanto, a soberania popular é exercida através do sufrágio universal, mediante o qual a população escolherá os representantes, que devem estar filiados a partidos políticos, e estes, por sua vez, assumirão o poder para cumprir seus mandatos.

No entanto, consoante período contemporâneo e discussão abordada nesta pesquisa, os partidos políticos que são o centro da democracia representativa, modelo adotado no Brasil, vêm passando por situação de crise na representação, o que se constata pela abstenção eleitoral, volatilidade, baixa lealdade, desconfiança nas instituições e, também, declínio de identificação com os partidos políticos. Consoante MOISÉS (2005):

O distanciamento entre a participação política e a resolução de problemas sociais, cria a sensação de impotência no eleitorado que, cada vez mais, sente-se alijado das decisões políticas. Daí a apatia que se traduz na maior parte das democracias políticas ocidentais, no aumento da abstenção. Desta forma, abre-se espaço ao desencanto, a apatia e até a hostilidade em face de distorções que, muitas vezes, envolvem políticos e instituições democráticas. (MOISÉS, 2005, pp.33-63)

A sensação de impotência do eleitorado torna-se evidente na apatia da população para com os partidos políticos (instituição democrática), bem como no aumento significativo da abstenção eleitoral nas últimas

eleições e, na baixa lealdade partidária. Como demonstrado nos capítulos anteriores, depois dos anos 90, os partidos políticos vêm sofrendo queda na sua representatividade, não só no Brasil, mas, em vários países.

Consoante Mair (2015), apesar de antes dos anos 90 os dados ainda não serem tão expressivos para se falar em uma crise de representação dos partidos políticos, após 1990 notou-se que os dados se tornaram expressivos e alarmantes, uma tendência profunda que não pode ser ignorada, pois tornou-se uma tendência geral das democracias consolidadas, conforme demonstrou através de vasta pesquisa na Europa Ocidental.

No modelo de Manin (1995), o poder era exercido pelos candidatos que conquistavam a confiança de seus governados, sobretudo porque mantinham um laço de relação pessoal. Este era o governo representativo do tipo parlamentar. Com a atual crise de representação, o eleitorado, não tem mais aproximação com os representantes, o que torna recorrente o distanciamento entre os representantes e representados, sobretudo em razão da aproximação dos representantes com o governo para fins de financiamento.

Com tal distanciamento, o voto conquistado a duras penas passou a ser deixado de lado pela população, que já não participa da política e tem uma baixa lealdade partidária, já que os atuais partidos são pouco diferentes ideologicamente, com cada vez mais frequente personalização da política e a pouca confiança nas instituições como os partidos políticos. Meneguello, que analisa partidos e eleições, corrobora com a ideia de crise:

Um conjunto grande de análises internacionais vem mostrando uma tendência à constituição de um cenário adverso às instituições tradicionais partidárias e representativas, marcado, sobretudo, pelo descrédito nos partidos, nas eleições e nos próprios governos como atores responsivos aos interesses do público. A mesma tendência declinante ocorre para a confiança em instituições (...) esses estudos apontam o declínio da participação eleitoral nas democracias consolidadas e a intensificação de formas mais participativas de ativismo político. (MENEGUELLO, 2003, p.346)

O que se constata na literatura é que há um consenso do crescimento da abstenção eleitoral, bem como uma tendência geral do declínio da identificação com partidos políticos. Dito isso, para a realização desta pesquisa, que parte da hipótese de Crise de Representatividade dos Partidos

Políticos dos anos 2000 a 2015, utilizei metodologicamente de uma abordagem quantitativa a partir dos dados disponíveis nos centros de pesquisa e estudos acadêmicos. Desta forma, utilizei uma base de dados secundária.

Foram escolhidos centros de pesquisa, como o Latinobarômetro, o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Datafolha Instituto de Pesquisas, porque seus questionários contêm uma quantidade significativa de perguntas sobre representação por partidos políticos. Depois de realizada a coleta, passei para o procedimento de análise dos dados que será exposto neste capítulo.

Através dos dados colhidos, infere-se que no Brasil, assim como na Europa Ocidental pesquisada por Mair (2015), também há uma evidente crise de representação dos partidos políticos. Assim, vejamos o resultado de uma pesquisa realizada pelo Latinobarômetro em 2015 exposta na tabela 2.

Tabela 2 - Confiança nos partidos políticos – Brasil 2000 – 2015 (%)

Ano	Muita	Pouca	Nenhuma
2000	2	29	57
2001	6	38	39
2002	3	28	56
2003	3	32	52
2004	4	34	43
2005	3	32	52
2006	4	35	40
2007	2	32	51
2009	3	36	42
2010	5	33	40
2011	2	34	49
2013	4	29	47
2015	1	36	51

Fonte: Latinobarômetro

Através da Tabela 2, nota-se que a confiança dos brasileiros nos partidos políticos de 2000 a 2015 só tem declinado, caindo para a apenas 1% da população que possui muita confiança, em 2015. Os partidos políticos vêm se enfraquecendo e perdendo o apoio da população que já não mais os concebem como base institucional de sua politização. Há, por

decorrência desse fenômeno, uma frequente presença da personalização política e do marketing político, sobretudo depois do advento dos meios de comunicação de massa. Consoante Meneguello (2003):

um conjunto grande de análises internacionais vem mostrando uma tendência à constituição de um cenário adverso às instituições tradicionais partidárias e representativas, marcado, sobretudo pelo descrédito nos partidos, nas eleições e nos próprios governos como atores responsivos aos interesses do público. A mesma tendência declinante ocorre para a confiança em instituições (...) esses estudos apontam o declínio da participação eleitoral nas democracias consolidadas e a intensificação de formas mais participativas de ativismo político. (MENEGUELLO, 2003, p. 346).

Nas democracias consolidadas existe uma tendência para a desconfiança nas instituições, com conseqüente declínio de participação eleitoral e intensificação de formas mais participativas de ativismo político, como o ativismo político via internet.

A propensão para o declínio dos partidos políticos, aliada a diminuição do interesse partidário e desconfiança nas instituições foi observada em vários países no contexto das democracias ocidentais. O que leva os partidos políticos a não serem mais explicativos do comportamento eleitoral, com evidência do personalismo dos candidatos, em detrimento do partido ou da ideologia política (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2003).

No Brasil, os partidos políticos fracassam, enquanto instituições, sendo objeto de ampla desconfiança dos cidadãos, tanto que consoante pesquisa realizada em 2015 pelo Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) — a qual avaliou a confiança em outras instituições políticas brasileiras, tais como as eleições, o sistema eleitoral, o governo federal, o presidente da república, o congresso nacional — os partidos políticos estão com os menores índices de aceitação da população. Os partidos políticos de 2009 a 2015 permanecem como a instituição que possui menos confiança diante do eleitorado; em 2009, por exemplo, aparece com apenas 31%, e em 2015, com apenas 17% do eleitorado brasileiro, consoante tabela 2 a seguir.

As instituições pesquisadas buscam representar diferentes setores da sociedade brasileira, e a pesquisa coloca a confiança nas instituições democráticas como as últimas da lista. Assim, as instituições privadas gozam de mais confiança que as instituições da democracia, estando os partidos políticos com apenas 17% de aceitação, índice que só vem decaindo desde os anos 2000, em que o índice era de 31%.

Tabela 3 – Confiança nas instituições – Brasil – 2009 – 2015 (%)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Corpo de Bombeiros	88	85	86	83	77	73	81
Igrejas	76	73	72	71	66	66	71
Forças Armadas	71	69	72	71	64	62	63
Meios de Comunicação	71	67	65	62	56	54	59
Escolas Públicas	62	60	55	55	47	56	57
Empresas	61	60	59	57	51	53	53
Organizações da Sociedade Civil	61	61	59	57	49	51	53
Polícia	52	52	55	54	48	48	50
Bancos	61	58	57	56	48	50	49
Poder Judiciário, Justiça	52	53	49	53	46	48	46
Sindicatos	46	44	44	44	37	43	41
Sistema Público de Saúde	49	47	41	42	32	42	34
Governo da cidade onde mora	53	50	47	45	41	42	33
Eleições, Sistema Eleitoral	49	56	52	47	41	43	33
Governo Federal	53	59	53	53	41	43	30
Presidente da República	66	69	60	63	42	44	22
Congresso Nacional	35	38	35	36	29	35	22
Partidos Políticos	31	33	28	29	25	30	17

Fonte: Ibope

Além da falta de confiança nos partidos políticos evidenciada na Tabela 3, a insatisfação se faz também com o Congresso Nacional. No Congresso Nacional existem mais 30 partidos políticos, segundo os dados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre legendas com registro em pelo menos um dos 27 tribunais regionais do país. É nessa instituição que os partidos políticos têm suas bancadas e onde os representantes atuam de acordo com o nosso modelo de democracia representativa.

Através de pesquisa realizada pelo Latinobarômetro em 2015, constatou-se que as instituições perdem credibilidade frente ao eleitorado brasileiro. No Brasil, a confiança no Congresso é pouca ou nenhuma, estando mínima parcela da população com muita confiança nessa instituição, o que se nota a seguir na tabela 4.

Tabela 4 - Confiança no congresso – Brasil 2000 - 2015 (%)

Ano	Muita	Pouca	Nenhuma
2000	4	36	42
2001	9	40	31
2002	7	35	35
2003	7	34	34
2004	9	34	27
2005	7	34	36
2006	8	35	29
2007	5	35	38
2009	7	40	25
2010	8	32	20
2011	4	36	31
2013	6	34	35
2015	3	41	36

Fonte: Latinobarômetro

Mesmo os partidos políticos e o congresso nacional sendo componentes essenciais para a democracia, os cidadãos são descrentes quanto ao seu funcionamento. E a descrença destaca-se no Brasil em alto índice se comparado a outros países da América Latina, chegando a ser o segundo país com o menor índice de confiança, só perdendo para o Peru:

Tabela 5 - Confiança no congresso – América Latina 2015 (%)

Países	
Uruguai	45
Nicaragua	36
Venezuela	31
República Dominicana	30
Honduras	30
Guatemala	27
Bolívia	26
Argentina	25
Equador	23
Colômbia	22
El Salvador	20
Chile	19
Panamá	18
Costa Rica	17
México	17
Paraguai	14
Brasil	13
Perú	8

Fonte: Latinobarômetro

Apesar dos partidos políticos e o congresso nacional oferecerem suporte ao modelo democrático nas democracias consolidadas ocidentais, verifica-se nas tabelas 4 e 5 a baixa confiança e um risco dos cidadãos se tornarem indiferentes à política, o que se evidencia também pelos indicadores de abstenção eleitoral.

O crescente número de abstenções de eleitores pode ser notado nas pesquisas realizadas na Europa Ocidental, cujas eleições também atingem seus pontos máximos de abstenção eleitoral. Segundo Mair (2015, p. 41), a participação eleitoral na Europa Ocidental caiu de 81,7 % para 77,6% na última década do século XX, e caiu 75,8% na primeira década do novo século, sendo o nível mais baixo registrado em todas as décadas pós-guerra.

Esse crescente número de abstenção eleitoral pode ser notado também no Brasil, que nos anos de 2002 a 2014 teve um aumento no número de abstenções para 27.698.475 nas eleições presidenciais brasileiras, de acordo com pesquisa realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2014, demonstrada na Tabela 5.

Tabela 6 - Eleições presidenciais – Brasil 2002 – 2014

Ano	Aptos Totalizados	Compareceram	Abstenção	Votos Válidos	Votos Nulos
2002	115253816	94805583	20448233	84952512	6976685
2006	125913134	104820459	21092675	95996733	5957521
2010	135804043	111193747	24610296	101590153	6124254
2014	142821358	115122883	27698475	104023802	6678592

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Mair (2015) constatou que a tendência da abstenção e pouca participação eleitoral se manteve no século XXI. Para isso, aponta que em 2001 as eleições do Reino Unido foram marcadas pela participação mais baixa já registrada desde a chegada da democracia de massa, tendo o mesmo acontecido na França e Irlanda, que também registram níveis mais baixos.

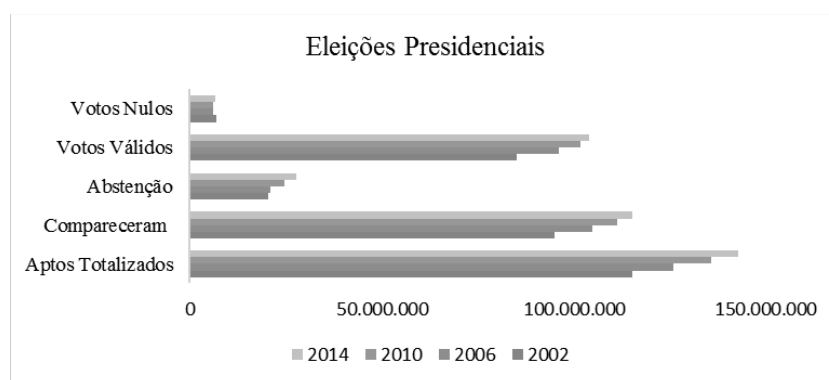
Seguindo a tendência da Europa Ocidental pesquisada por Mair (2015), o Brasil, se comparado aos demais países da América Latina, apresenta índice de participação menor que a média, de acordo com pesquisa realizada pelo Latinobarômetro<sup>18</sup> em 2015. Esta pesquisa aponta que

18 Ver a Pesquisa de evolução da participação eleitoral colhida no site <<http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15817.pdf>> - acesso em 2/01/2016> página 29.

o Chile, Costa Rica, República Dominicana, Honduras, Uruguai, Brasil e Paraguai têm registrado participação menor que a média.

No Brasil, seguindo a linha de baixa participação, no ano de 2014, as eleições presidenciais tiveram o nível de abstenção eleitoral registrado maior desde 2002, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral presentes no Gráfico 1. Em 2014, 19,4% do eleitorado brasileiro não compareceu às urnas - 27,7 milhões dos 142,8 milhões de eleitores no país.

Gráfico 1 – Abstenção eleitoral – Brasil – 2014 (%)



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

No Brasil, a participação eleitoral, se dá, dentre outras formas, através do voto obrigatório. O voto é obrigatório para os maiores de 18 anos e menores de 70 anos que estejam em pleno gozo de seus direitos políticos. Consoante dados fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral<sup>19</sup>, nas eleições brasileiras de 2008 a 2014, mais da metade dos eleitores com mais de 70 anos deixaram de votar. O índice de abstenção foi bem acima da faixa entre 16% e 24% dos eleitores em geral.

Dentre as justificativas obtidas pelos maiores de 70 anos, o Ibope<sup>20</sup> ouviu que estes tinham cansado de votar e preferiam aproveitar a vida. Infere-se da pesquisa que muitos brasileiros estão insatisfeitos com a atuação dos representantes e preferem abster-se da participação eleitoral:

19 Ver <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/abstencao-de-eleitores-com-mais-de-70-anos-oscila-entre-53-e-64-nas-ultimas-seis-eleicoes/>>

20 Ver <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/abstencao-de-eleitores-com-mais-de-70-anos-oscila-entre-53-e-64-nas-ultimas-seis-eleicoes/>>

Entre os entrevistados que optaram por não votar mais, desde que atingiram uma idade em que foram desobrigados disso, o estudo mostra que há maior distanciamento de questões ligadas à sociedade em geral, pois parecem preocupados quase que apenas com eles mesmos e com sua família. Eles demonstram falta de credibilidade em relação aos governos e governantes, bem como certo desânimo quanto à possibilidade de mudanças em prol do cidadão<sup>21</sup>.

Pesquisa Datafolha<sup>22</sup>, realizada em 2014, mostra que 57% dos brasileiros, entre 18 e 70 anos, não votariam nas próximas eleições caso o voto fosse livre. Os dados apontam que a taxa dos brasileiros que não votariam caso o voto não fosse obrigatório é a maior já registrada pelas pesquisas Datafolha.

Em 1989, 44% desses eleitores não votariam; em 1994, 49% não votariam, índice que se manteve até 2006; em 2014 atingiu o recorde de 57%. Esse levantamento foi realizado nos dias 07 e 08 de maio de 2014, com 2.844 entrevistas em 174 municípios do país.

Os brasileiros mostram distanciamento, pouca ou nenhuma confiança nas instituições democráticas, abstenção eleitoral com índices elevados se comparados a eleições passadas, bem como baixa participação eleitoral com dados evidenciando que muitos só votam em razão do voto ser obrigatório, seguindo a mesma tendência de crise de representação dos partidos políticos nas democracias consolidadas.

Manin (2013), na sua reconsideração da democracia de público, aponta a falha dos partidos políticos na mediação social e o distanciamento dos representantes dos representados, em contraste com o modelo representativo do tipo parlamentar no qual havia uma aproximação dos eleitores com os candidatos. Mair e Van Biezen (2001), analisando as democracias europeias, constatam que os partidos políticos são caracterizados por crescentes níveis de promiscuidade, não conseguindo mais mobilizar os cidadãos, o que vêm a explicar o declínio da participação eleitoral, em todo o mundo democrático avançado. A mesma promiscuidade apontada pelos autores, como motivo de desconfiança e baixa participa-

21 Ver <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/abstencao-de-eleitores-com-mais-de-70-anos-oscila-entre-53-e-64-nas-ultimas-seis-eleicoes/>>

22 Ver <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2014/05/1453158-rejeicao-a-voto-obrigatorio-atinge-61-e-alcanca-taxa-recorde-entre-brasileiros.shtml>>

ção eleitoral, pode ser notada no Brasil, país da América Latina que possui altos índices de corrupção e com 51% da população não confiando em partidos políticos, além de figurar que tem mais confiança em instituições privadas que as democráticas.

No Brasil vivemos em um Estado Democrático de Direito, tendo no centro disto os partidos políticos. O trabalho aponta uma fragilidade pela qual passam as instituições no Brasil, principalmente os partidos políticos e o congresso nacional, através dos índices baixos de confiança, proximidade, capacidade de representação e abstenção eleitoral. Este estudo comprovou, portanto, que consoante atinou Mair (2015), em sua pesquisa na Europa Ocidental, que os números não podem ser ignorados e que a tendência de uma crise de representação dos partidos políticos se segue nas democracias consolidadas, incluindo nestas o Brasil, bem como muitos países da América Latina.

### **Considerações finais**

Através das informações coletadas na presente pesquisa, atingiu-se um diagnóstico geral: os partidos políticos passam por crise de representatividade perante o eleitorado brasileiro entre os anos de 2000 a 2015. Partindo desse pressuposto, foi possível constatar através da análise empírica, bem como da reunião das concepções interpretativas do fenômeno, que as instituições políticas brasileiras, principalmente os partidos políticos e o congresso nacional, possuem pouca confiança, pouca proximidade e pouca simpatia dos seus representados.

Este estudo mostrou que não se pode mensurar a crise de representatividade dos partidos políticos sem as variáveis aqui adotadas, quais sejam: confiança nos partidos políticos, instituições e no congresso nacional, a participação eleitoral, a representação pelos partidos políticos e no congresso nacional, a proximidade e simpatia com os partidos políticos. Os partidos políticos estão no centro do sistema representativo político, são orientadores da conquista, organizam o processo eleitoral, recrutam candidatos, além de preparar e implementar decisões políticas. No entanto, esse papel determinante dos partidos políticos vem sofrendo uma crise.

Na trajetória do trabalho foram utilizadas pesquisas empíricas desenvolvidas em outros países, especialmente a de Peter Mair (2015) feita na

Europa Ocidental, na qual o autor constatou a debilidade dos partidos políticos como representantes da sociedade, demonstrando que os partidos pouco se diferenciam no campo ideológico, e que existe uma aproximação com o Estado e o desaparecimento do antigo partido de massas. Aponta ainda a grande volatilidade eleitoral, com os eleitores escolhendo os candidatos de forma personalista e menos através de partido, inclusive decidindo seu voto perto do dia das eleições, demonstrando a baixa lealdade partidária, pois poucos eleitores de fato votam através de partidos políticos. O personalismo político fica em evidência através do surgimento dos meios de comunicação de massa, e Dalton (2000), Pippa Norris (2002), Wattenberg (2002), Mair (2015) asseveram que os partidos políticos perderam a posição de explicadores do processo eleitoral, evidenciando o surgimento dos meios de comunicação de massa como formadores de opinião política, em detrimento dos partidos políticos como meio de politização. Os autores apontam um distanciamento dos populares da política convencional, ou seja, uma relação enfraquecida entre os representantes e representados, que antes era estreita e ativa. Demonstrando assim uma indiferença com a política, estando os índices de participação eleitoral nas eleições com níveis baixos. Mair (2015) assevera que os números na Europa Ocidental não podem ser ignorados, que após os anos 90 a participação no processo eleitoral diminuiu significativamente nas democracias consolidadas e que essa tendência se estendeu ao século XXI, o que mostra, segundo ele, que o fenômeno é generalizado. O mesmo autor demonstra que os atuais eleitores são mais voláteis, inseguros e mais aleatórios para demonstrar suas preferências, o que torna os resultados das eleições menos previsíveis; e afirma que quando os cidadãos se abstém de votar, mostram uma lealdade partidária muito menor. Os eleitores votam em partidos diferentes em eleições distintas. Essa prática, de acordo com a pesquisa de Dalton (2000), tem se ampliado em todos os casos nos quais é possível medir-se ao longo do tempo como na Austrália, Canadá, Alemanha Suécia e Estados Unidos. Assim, os votos são menos partidários e mais variáveis, e os eleitores já não decidem antecipadamente, Se os eleitores votam em partidos diferentes, é porque não têm lealdade, o que assevera mais ainda o personalismo político e a prática da volatilidade eleitoral. Para Van Biezen (2009), os cidadãos estão muito menos dispostos a assumir compromisso e obrigações com os partidos políticos. Essa característica é onipresente

em todas as democracias consolidadas.

Manin (2013), em sua reconsideração da democracia pública, aponta que não haveria uma crise da democracia representativa, apesar de os partidos estarem perdendo lealdades duradouras. Menciona a transformação da democracia de partidos para a democracia de audiência, um novo modelo no qual os meios de comunicação de massa são formadores de opinião.

Mair (2015), além de apontar a volatilidade dos eleitores que mudam de partido em eleições distintas e sem qualquer lealdade partidária, aponta que os próprios partidos perderam sua caracterização essencial, pois para vencer no jogo político, ou seja, angariar votos, precisam desvencilhar-se de suas características primordiais; aponta ainda que os partidos socialistas procuram votos da classe média, os partidos liberais votos da classe trabalhadora, e os partidos do campo votos urbanos. Assinala também que a divisão esquerda e direita perde sua capacidade interpretativa e que, para os partidos conseguirem chegar ao poder e ter votos, perdem sua coesão e ordem interna. Portanto, o importante para os partidos, segundo o autor, é chegar ao governo, ou seja, ter êxito eleitoral, com consequente ajustamento dos programas, políticas e estratégias do partido.

Outro aspecto enfatizado por Mair (2015) é o distanciamento dos partidos com a sociedade civil, a qual representa, e a aproximação destes com o Estado, ficando este último com o papel financiador. Assim, as organizações partidárias ficam mais distantes dos representados e mais orientadas pelo governo. Infere-se que os partidos estão cada vez menos necessários para processar a representação de interesses, saindo os partidos da esfera da democracia popular, o que antes caracterizava os partidos de massa. Com o desaparecimento dos partidos de massa e a aproximação dos partidos com o Estado, estes perderam suas características classistas, tendo como objetivo o sucesso eleitoral, levando-os a procurar apoio e votos em diferentes setores da sociedade, enfraquecendo a divisão esquerda-direita e a ideologia partidária.

Em recente estudo, Veenendal (2016) mostrou que têm seis pequenas ilhas do Pacífico que vivem em democracia sem partidos políticos, afirmando que empiricamente isso pode ser possível, predominando na República de Palau uma política personalista, corroborando o enfraqueci-

mento dos partidos políticos e a crise de representatividade.

O autor evidencia a possível presença de um modelo democrático sem partidos políticos, e menciona o personalismo político, já muito presente desde o surgimento dos meios de comunicação de massa, atualmente mais utilizados que os partidos. Parcela significativa da população europeia vota em candidatos, sem influência partidária, o que ratifica as teses de Mair (2013) as quais mostram a volatilidade, os votos personalistas e pouca lealdade partidária.

Trazendo a pesquisa para o contexto brasileiro, através de dados colhidos dos centros de pesquisa, Latinobarômetro, Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Datafolha Instituto de Pesquisas, estes demonstram que o Brasil segue a mesma tendência da Europa Ocidental pesquisada por Peter Mair em 2015, ou seja, os partidos políticos estão enfraquecidos no jogo político como representantes da população.

A confiança dos brasileiros nos partidos políticos de 2000 a 2015 só tem declinado, caindo para a apenas 1% da população que possui muita confiança, em 2015, e se comparado às instituições privadas, as instituições democráticas como o congresso nacional e os partidos políticos figuram com os menores índices. Na América Latina, o Brasil encontra-se como país com menos confiança, perdendo apenas para o Peru.

O Latinobarômetro<sup>23</sup> registrou que o Brasil tem participação menor que a média, e segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), teve nas eleições presidenciais de 2014 o maior nível de abstenção eleitoral registrado desde 2002, com 19,4% do eleitorado brasileiro não comparecendo às urnas – 27,7 milhões dos 142,8 milhões de eleitores no país.

Os brasileiros confirmam distanciamento, pouca ou nenhuma confiança nas instituições democráticas, abstenção eleitoral com índices elevados se comparados a eleições passadas, bem como baixa participação eleitoral, com dados evidenciando que muitos só votam pelo voto ser obrigatório.

Os eleitores já não têm mais proximidade e simpatia pelos partidos políticos, havendo desconfiança e distanciamento entre os representantes e representados, em contraste com a democracia apresentada por Bernard Manin (1995). De acordo com pesquisa feita pelo Latinobarômetro, apenas

23 Ver Pesquisa de evolução da participação eleitoral colhida no site <http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15817.pdf> - acesso em 2/01/2016 - página 29

21% da população brasileira está satisfeita com o modelo de democracia representativa adotado no Brasil. Conforme esta pesquisa, apenas três países da América Latina têm mais da metade de sua população satisfeita com a democracia, sendo eles o Uruguai, Argentina e República Dominicana.

E apontando ainda com mais veemência a crise de representatividade pela qual passam as instituições democráticas, *in casu*, os partidos políticos e o congresso nacional, o último aponta que 80% da população brasileira não se sente representada pelo congresso nacional – local de atuação dos partidos políticos, consoante pesquisa do Latinobarômetro exposta no Gráfico 4. E que 89%<sup>24</sup> da população não se sente representada por partidos políticos.

No que tange aos dados analisados, percebe-se que em consonância com a pesquisa de Mair (2015), no Brasil, os números não podem ser ignorados e seguem uma tendência generalizada que pode ser notada no país, bem como na América Latina, o cenário de uma crise de representatividade dos partidos políticos.

O crescimento dos cidadãos críticos, com desconfiança e descrédito nas instituições democráticas gera consequências desestabilizadoras sobre o sistema político, o que se assevera com a grande insatisfação com o modelo democrático representativo adotado no Brasil. Assim, pode-se concluir que os partidos políticos estão enfraquecidos no processo eleitoral, perdendo espaço para os novos meios de comunicação de massa, o personalismo político e o conseqüente distanciamento com os representados.

Por fim, ressalta-se que a contribuição mais importante deste trabalho foi analisar um aspecto pouco explorado na literatura contemporânea brasileira da Ciência Política e, nessa lógica, demonstrar que a hipótese de enfraquecimento dos partidos políticos tem respaldo nos dados apresentados pelos centros de pesquisa acadêmicos, seguindo a mesma linha na América Latina e na Europa Ocidental, pesquisada por Mair em 2015.

## REFERÊNCIAS

ALDRICH, J. H. **Why Parties? The origin and transformation of political parties in America**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

24 Ver <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx> (Acesso em 19/08/2015)

AMARAL, O. "O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura." **Revista Debates**. 7.2: 11-32. 2013.

ANDEWEG, R. B. "The reshaping of national party systems". **West European Politics**. 1995.

AVRITZER, L. **Participatory institutions in democratic Brazil**. Washington, D.C.; Baltimore: Woodrow Wilson Center; John Hopkins University, 2009.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BAQUERO, M. **A tese da mobilização cognitiva e o declínio dos partidos**. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, 22-26 de outubro, 1996. p. 13.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: UFRGE. 2000.

BATALHA, E. D. S. **A mídia altermundialista: a participação do le monde diplomatique no fórum social mundial**. 2006.

BIRCH, A. **Representation**. Nova Iorque: Praeger. 1971.

BLONDEL, J. **Voters, parties and leaders**, Londres: Penguin Books. 1965.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOBBIO, N. **Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos** (org. por Michelangelo Bovero), Rio de Janeiro: Editora Campos. 2000.

BRAGA, M. S. S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro. Padrões de Competição Política**. São Paulo: Humanitas/Fapesp. 2006.

CASTELLS, M. "O Poder da identidade". Volume 2, Rio de Janeiro: **Paz e Terra**. 2001.

COTTA, M. **Parliamentary representatives in Europe, 1848-2000: legislative recruitment and careers in eleven European countries**. Oxford University Press, 2000.

COUTINHO, C. N. **Democracia: Um conceito em disputa**. Rio de Janeiro, 2001. (Não publicado).

DAHL, Robert A. **On Democracy**. New Haven and London. 1998.

DAHL, Robert Alan. **Political opposition in western democracies**. Macmillan Education UK, 1969.

DALTON, R. "The decline of party identifications". In: DALTON, R. e WATTENBERG, M (Orgs.). **Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. "Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas". **Revista Análise Social**, v. 38, n. 167, 2003. p. 295-320.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2003.

DALTON, R.; WATTENBERG, M. (eds). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

DIAS, Márcia Ribeiro. "Da capilaridade do sistema representativo. Em busca da legitimidade nas democracias contemporâneas". In: **Civitas**. Porto Alegre, v.4, n.2, jul. -dez. 2004.

DUVERGER, M.. (1985). **Os grandes sistemas políticos**, Coimbra: Almedina .17, p. 400-425, 2011.

DUVERGER, M.. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: ed. Guanabara. 1987.

DUVERGER, Maurice. **Institutions politiques et droit constitutionnel**. Paris: PUF. 1971.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980.

ELDERSVELD, S. **Political parties in American Society**. New York: Basic Books. 1982.

FARREL, D. e WEBB, P. "Political parties as campaign organizations". In: DALTON, R. e WATTENBERG, M (Orgs.). **Parties without partisans: Political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

FIGUEIREDO, Rubens. **Como ganhar uma eleição: lições de campanha e marketing político**. Campinas: Cartgraf. 1995.

FOSECA, D. "Partidos políticos e democracia. Enfoque alternativo: o associativismo português e o associativismo sindical". In: SERRA, P., CAMILO, E., GONÇALVES, G. (orgs.). **Participação Política e Web 2.0**. Covilhã: LabCom Books. 2013.

FREIRE, A. "Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995". **Análise Social**, p. 115-145. 2000.

FREIRE, A.; MAGALHÃES, P. "A abstenção eleitoral em Portugal". **Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais**, 2002.

GARCIA-PELAYO, M. **El Estado de partidos**. Madrid: Alianza. 1986.

GARRETT, Geoffrey. **Partisan politics in the global economy**. Cambridge University Press. 1998.

GUNTHER, R. (eds.). **The future of political parties**. Oxford: Oxford University Press, pp. 136-165, 2002.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um estado Eclesiástico e Civil**, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa. 1995.

HUNTINGTON. **A terceira onda. A democratização no final do século XX**. São Paulo: Editora Ática. 1991.

IBOPE. **81% dos brasileiros consideram os partidos políticos como corruptos ou muito corruptos**. [s.l.], 2013. Disponível: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Cai-a-confianca-dos-brasileiros-nas-instituicoes-%20.aspx>. Acesso em 22/10/2015

IBOPE. **89% dos manifestantes não se sentem representados por partidos**. [s.l.], 2013. Disponível: <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>. Acesso em: 22/10/2015.

KATZ, Richard S. **Party organizations: a data handbook on party organizations in western democracies, 1960-90**. Sage Publications Ltd. 1992.

KATZ, Richard S.; CROTTY, William J. (Ed.). **Handbook of party politics**. Sage, 2006.

KECK, M. E. **PT: a lógica da diferença - o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Ática, 1992.

KINZO. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB 1966-1979**. São Paulo: Vértice. 1988.

KIRCHHEIMER, O. "The Transformation of the Western European Party Systems". In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron (ed.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: PUP, 1966. p. 177-200.

KITSCHOLT, Hebert (2004). **Diversification and Reconfiguration of Party Systems in Postindustrial Democracies**. Europäische Politik (03/2004).

LA PALOMBARA, J. e WEINER, M. "The origin and development of political parties". In: LA PALOMBARA, J. & WEINER, M. (eds.). **Political Parties and Political Development**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

LAMOUNIER, B. "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura". In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**". Rio de Janeiro: **Paz e Terra**. 1988.

LAVAREDA, J. A. **Emoções ocultas e estratégias eleitorais**. Objetiva. 2009. LAWSON, Key e MERKEL, H. Peter. **When parties fail: Emerging Alternative Organizations**. New Jersey: Princeton University Pres., 1998.

- LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. Os limites do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. **Democracia e instituições políticas no Brasil dos anos 80**. São Paulo: Loyola, 1993.
- LOCKE, John. **Ensaio sobre a verdadeira origem extensão e fim do governo civil**, Lisboa, Edição 70. 1999.
- MADISON, James. (1787), “**Federalist 10**”; “**Federalist 63**”, in Hamilton et al., 1961.
- MAINWARING, S. **Rethinking Party System in the Third Wave of Democratization**. Stanford University Press. 1999.
- MAINWARING, Scott P. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization: The case of Brazil**. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias- o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. MICHELS, Vera Maria Nunes. **Direito eleitoral**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- MAIR, P. **Os partidos políticos e a democracia**. *Análise Social*, vol.167, pp. 277-293, 2003.
- MAIR, P. **Gobernando el vacío**. Alianza Editorial. 2015.
- MAIR, P.; VAN BIEZEN, I.. “Party memberships in twenty european democracies”. In: **Party politics**, 7(1), 2001.
- MAIR, Peter. “Political Opposition and the European Union1”. **Government and opposition**, v. 42, n. 1, p. 1-17, 2007.
- MAJONE, GIANDOMENICO (1994), “The rise of the regulatory state in Europe”. **West European politics** 17 (3): 77 – 101.
- MANFREDINI, KARLA M. **Democracia Representativa Brasileira: O Voto Distrital Puro em Questão**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.
- MANIN, B. **A democracia do público reconsiderada**. São Paulo: Revista Novos Estudos CEBRAP. 2013.
- MANIN, B. **The principles of representative government**. Cambridge: Cambridge University Press. 1997.
- MANIN, Bernard. “As Metamorfoses do Governo Representativo”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29. 1995.
- MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge University Press. 1997.

MARTINS, M. M. **Representação Política, Eleições e Sistemas Eleitorais**. Lisboa, ISCSP. 2008.

MARTINS, M. M. “Representação política, eleições e sistemas eleitorais: uma introdução”. **Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**, Universidade Técnica de Lisboa. 2008.

MENEGUELLO, R.. Eleitorado e reforma. IN: DE MESQUITA BENEVIDES, Maria Victória; VANNUCHI, Paulo; COMPARATO, Fábio Konder. **Reforma política e cidadania**. Editora Fundação Perseu Abramo. 2003.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UNB. 1982.

MIGUEL, L. F. “Representação política em 3-D –Elementos para uma teoria ampliada da representação política”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 18 nº51, 2003, pp. 123-140

MONTERO, Jose; LINZ, Juan. **Political Parties: Old Concepts, New Challenges**. Oxford: OUP, 2002. p. 136-165.

MONTESQUIEU. **O Espírito das leis**, São Paulo, Martins Fontes. 1996.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

NORRIS, P. “Preaching to the converted? Pluralism, participation and party websites”. **Party Politics**. 2003.

NORRIS, P. **Digital divide. Civic engagement, information poverty, and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University, 2001.

NORRIS, P.; NIEMI, R. G.; LEDUC, Lawrence (Ed.). **Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting**. Sage. 2002.

NORRIS, Pippa. **Democratic phoenix: Reinventing political activism**. Cambridge University Press. 2002.

NOVARO, M. “Party organizations: From civil society to the State”. In: KATZ, R. e MAIR, P. (eds.). **How parties organize: Change and adaptation**. London: Sage Publications. 1994.

NOVARO, M. **Representación y Liderazgo en las Democracias Contemporáneas**. Rosário: Homo Sapiens Ediciones. 2002.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. Martins Fontes. 2005.

PASQUINO, G.. **Curso de Ciência Política**, Lisboa: Princípia. 2002.

PEREIRA, M. A. **Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital**. In: IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política (Compolitica)., 2011, Rio de Janeiro. Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (Compolitica), Rio de Janeiro: 2011.

PIPPA, N. **A Virtuous Circle? Political Communications in Post-Industrial Democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PITKIN, H. **The concept of representation**, Berkeley, University of California Press. 1972.

PUTMAN, R. D. (Org.). **El declive del capital social**. Barcelona: Galaxia Gutemberg. 2003.

RIAL, Juan. “La representación política em cuestión”. **Revista Contribuciones**, Buenos Aires: Ciedla. No. 157, ano XV, 1998.

RIBEIRO, G.. in ALVAREZ; S. DAGNINO, E; ESCOBAR, A. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG,2000.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Nova Cultural. 1973. (Col. Os Pensadores).

RUBI, A. “Presidente, até a praça”. **Jornal el País**, Madrid, 20 MAI. 2011.

RUSSELL. J. Dalton. **Political Parties e Democratic Linkage**. Oxford: UK. 2011.

SAFRAN, William. “The Catch-All Party Revisited. Reflections of a Kirchheimer student”. **Party Politics**, vol. 15, nº 15, 2009, p. 136-165.

SANTO, Paula. **Sociologia Política e Eleitoral**. 2ª ed. Lisboa, maio de 2011.

SARTORI G.. “Representational systems”, in: DAVID SILLS, ed., **International encyclopedia of the social sciences**, vol.13, Londres, Collier-Macmillan Publishers. 1972.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas Partidários**. Brasília: Ed.UnB. 1982.

Sartori, Giovanni. “A teoria da representação no estado representativo moderno”. Belo Horizonte, **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. 1962.

SCARROW, SUSAN. **Parties and their members**. Orxford: OUP. 1996.

SCHERER-WARREN, I. 2008. **Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?** Caderno CRH, Salvador, 21, n. 54, p. 505-517, Set./Dez.

SCHMITTER, P. C. “Parties are not what they once were”. In: DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (eds.). **Political Parties and Democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2001.

SCHUMPETER, JOSEPH A. **Capitalism, socialism, and democracy**. 2ª edition. New York: Harper and Brothers. 1947.

SELLE, Per E SVASAND, Lars. **Membership in party of organizations and the problem of decline of parties**. *Comparative Political Studies*. VI. 23 N.4, January 1991: 459-477.

SIÉYÈS, E. J. **Vues sur les moyens d'exécution dont les représentants de la France pourront disposer en 1789**. Paris. 1789.

SILVA, Carlos Eduardo Lins. **O marketing eleitoral**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SILVA, Catarina. **A comunicação partidária online: Os websites num contexto não eleitoral**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Aveiro. 2012

SILVEIRA, Flávio Eduardo. **A decisão do voto no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

VEENENDAAL, Wouter P. "How democracy functions without parties The Republic of Palau". **Party Politics**. 2016.

VEIGA, L. F. O. **Partidarismo no Brasil (2002/2010)**. Opinião Pública, Campinas, v.

WARE, A. **Partidos políticos y sistemas de partidos**. Madrid, Isamo. 2004

WATTENBERG, Martin. **The Decline of American Political Parties, 1952-1996**, USA: Havard University Press. (1984,1998).

WEBB, P; FARRELL, D; HOLLIDAY, I. (eds.). **Political parties in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press. 2002.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Ed. Guanabara: Rio de Janeiro. 1981.

WHITELEY, PAUL. "Is the party over? The decline of party activism and membership across the democratic world". **Party politics**, london, V.17, N.1, P. 21-44. 2011.

WOLINETZ, S. Beyond. **The catch-all party: Approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies**. In: LINZ, J, MONTERO, J.R.

WOLINETZ, Steven B. **Approaches to the Study of Parties and Party organization in Contemporary Democracies**. *Comparative Politics: Western Europe and the United States: foundations of comparative politics*, v. 2. 2005.